



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número — Kz: 100,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
		Ano	
	As três séries.	Kz: 400 275,00	
	A 1.ª série	Kz: 236 250,00	
	A 2.ª série	Kz: 123 500,00	
A 3.ª série	Kz: 95 700,00		

IMPrensa NACIONAL - E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR*Excelentíssimos Senhores:*

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto das respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade.

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que estão abertas a partir desta data até 15 de Dezembro de 2010, as respectivas assinaturas para o ano 2011 pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Os preços das assinaturas do *Diário da República*, no território nacional, passam a ser os seguintes:

As 3 séries	Kz: 440 375,00
1.ª série	Kz: 260 250,00
2.ª série	Kz: 135 850,00
3.ª série	Kz: 105 700,00

2. As assinaturas serão feitas apenas no regime anual.

3. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95 975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola-E. P. no ano de 2011. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;*
- as assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2010 sofrerão um acréscimo de uma taxa correspondente a 15%;*
- aos organismos do Estado que não regularizem os seus pagamentos até 15 de Dezembro do ano em curso não lhes serão concedidas a crédito as assinaturas do Diário da República, para o ano de 2011.*

SUMÁRIO**Presidente da República****Decreto presidencial n.º 246/10:**

Dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 14/02. — Revoga toda a legislação que contrarie o presente diploma, nomeadamente o n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 14/02, de 6 de Dezembro.

Decreto presidencial n.º 247/10:

Exonera os Comissários José Eduardo Ambrósio Sambo, Carlos Alberto B. Buriú da Silva e o Brigadeiro Paulo Maria Bravo da Costa, dos respectivos cargos.

Decreto presidencial n.º 248/10:

Exonera os Subcomissários António Vicente Gimbe, Domingos Ferreira de Andrade e Domingos Miguel Adão Francisco, dos respectivos cargos.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 214/10:

Autoriza a emissão e colocação de «Bilhetes do Tesouro — 2010».

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto presidencial n.º 246/10 de 4 de Novembro

Tendo em conta a necessidade de se dar maior dinamismo e operatividade ao Serviço de Informações, cujo estatuto foi aprovado através do Decreto-Lei n.º 14/02, de 6 de Dezembro;

Considerando que o Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10, de 5 de Março, no seu artigo 71.º, n.º 2, alínea *a*), a designação dos Serviços de Informação e Inteligência de Estado foi alterada por Serviço de Inteligência e de Segurança de Estado (SINSE);

Havendo necessidade de se efectuar o alargamento da composição dos órgãos de direcção do Serviço de Inteligência e Segurança de Estado.

O Presidente da República decreta nos termos da alínea *d*) do artigo 120.º conjugado com o n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Alteração do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 14/02)

O n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 14/02, de 6 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

1. Órgãos de Direcção:

- a*) Chefe do Serviço de Inteligência e Segurança de Estado;
- b*) Chefe-Adjunto do Serviço de Inteligência e Segurança de Estado;
- c*) Chefe-Adjunto para a Área Operativa do Serviço de Inteligência e Segurança de Estado.

ARTIGO 2.º

(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o presente diploma, nomeadamente o n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 14/02, de 6 de Dezembro.

ARTIGO 3.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas por despacho do Presidente República.

ARTIGO 4.º

(Entrada em vigor)

O presente decreto presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Novembro de 2010.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto presidencial n.º 247/10

de 4 de Novembro

Por conveniência de serviço;

Usando da faculdade que é conferida ao Presidente da República pelas disposições conjugadas da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º e do n.º 2 do artigo 4.º ambos da Lei n.º 9/08, de 2 de Setembro, que regula os postos e distintivos da Polícia Nacional e pela alínea *g*) do artigo 122.º e do n.º 4 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola;

Ouvido o Conselho de Segurança Nacional, determino:

São exonerados os Oficiais Comissários da Polícia Nacional abaixo indicados dos cargos correspondentes e constantes do presente decreto presidencial:

1. O Comissário José Eduardo Ambrósio Sambo, do cargo de Inspector Geral do Ministério do Interior, para o qual havia sido nomeado por Decreto Presidencial.

2. O Comissário Carlos Alberto B. Buriti da Silva, do cargo de Director do Gabinete de Estudo, Informação e Análise do Ministério do Interior, para o qual havia sido nomeado por Decreto Presidencial;